

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

# JUIZ NATURAL NO PROCESSO PENAL

**Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais**

Alexandre Ferreira Mattioli e Juliana Mayumi Ono

**Gerente de Conteúdo**

Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes

**Editorial:** Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

**Estagiários:** Aline Pavanelli e João Victor Sales

**Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital**

**Gerente de Conteúdo**

Milisa Cristine Romera

**Especialistas Editoriais:** Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

**Analista de Projetos:** Jéssica Viana Bezerra

**Analistas de Operações Editoriais:** Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

**Analistas de Qualidade Editorial e ProView:** Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

**Estagiárias:** Beatriz Parise Jatene Castello Branco e Rebeca Crespo Rangel

**Capa:** Chrisley Figueiredo

**Adaptação capa:** Ariel Villalba e Cinthia Riveros

**Líder de Inovações de Conteúdo para Print**

Camilla Furegato da Silva

**Gerente de Operações e Produção Gráfica**

Mauricio Alves Monte

**Analista de Produção Gráfica:** Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Badaró, Gustavo Henrique

Juiz natural no processo penal / Gustavo Henrique Badaró. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-1566-7

1. Juiz natural 2. Processo penal 3. Processo penal - Brasil I. Título.

24-200639

CDU-3431

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Processo penal : Direito penal 3431

156-736

# Sumário

---

Nota do Autor à Segunda Edição .....	7
Prefácio .....	11
Introdução .....	19
1. Juiz natural: noções gerais, aspectos históricos e de direito comparado ...	25
1.1. Do juiz natural e das garantias correlatas .....	25
1.1.1. A Independência judicial .....	26
1.1.2. Da imparcialidade do juiz .....	31
1.1.3. Do juiz natural como mecanismo para assegurar a imparcialidade .....	35
1.2. Do surgimento e da evolução histórica da garantia do juiz natural ...	42
1.2.1. No direito inglês .....	44
1.2.2. No direito norte-americano .....	48
1.2.3. No ordenamento francês .....	51
1.2.3.1. A justiça francesa no <i>Ancien Régime</i> .....	51
1.2.3.2. A justiça francesa após a Revolução de 1789 .....	54
1.3. Juiz natural no direito comparado .....	60
1.3.1. No ordenamento jurídico italiano .....	60
1.3.2. No ordenamento jurídico espanhol .....	64
1.3.3. No ordenamento jurídico português .....	67
1.3.4. No ordenamento jurídico alemão .....	68
1.3.5. No ordenamento jurídico argentino .....	71
1.4. Juiz natural nas declarações internacionais de direitos humanos ...	72
1.4.1. Juiz natural na Declaração Universal dos Direitos Humanos ...	72
1.4.2. Juiz natural na Convenção Europeia de Direitos Humanos ...	73
1.4.3. Juiz natural no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos .....	76

1.4.4.	Juiz natural na Convenção Americana de Direitos Humanos...	76
1.4.5.	Eficácia das convenções internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico nacional.....	80
1.5.	Questão terminológica: a escolha da expressão juiz natural e seu significado.....	87
1.6.	Juiz natural: direito ou garantia? .....	90
2.	Da garantia do juiz natural na Constituição brasileira.....	93
2.1.	Noções gerais.....	93
2.2.	Do juiz natural na evolução constitucional brasileira.....	95
2.3.	Conteúdo do juiz natural na Constituição de 1988.....	111
2.4.	Da vedação dos tribunais de exceção.....	111
2.4.1.	As Justiças Especializadas.....	123
2.4.2.	Os foros por prerrogativa de função.....	126
2.5.	Do juiz competente: juiz determinado por lei.....	130
2.6.	Do juiz predeterminado por lei .....	138
2.6.1.	Termo <i>a quo</i> da predeterminação.....	146
2.6.2.	Inaplicabilidade da regra de direito intertemporal <i>tempus regit actum</i> .....	153
2.6.3.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i> e predeterminação do juiz competente.....	158
2.7.	Juiz natural como “juiz-órgão” ou como “juiz-pessoa”?.....	165
2.8.	Juiz natural como “juiz-pessoa” e a regra da identidade física do juiz.....	185
2.9.	O juiz natural e o critério de idoneidade .....	192
2.10.	A garantia do juiz natural em face do Ministério Público.....	196
2.11.	Juiz natural na investigação preliminar.....	204
2.12.	Juiz predeterminado em segundo grau .....	206
2.13.	A garantia do juiz natural na execução penal.....	215

3.	Da reserva de lei e as regras de definição e modificação de competência...	219
3.1.	O conteúdo de norma formal da garantia do juiz competente .....	219
3.2.	Reserva de lei em matéria de competência .....	221
3.2.1.	Regras de competência nos regimentos internos dos tribunais.....	229
3.2.2.	Da criação de varas especializadas por atos normativos internos do Poder Judiciário .....	230
3.3.	Da concretização da competência .....	240
3.4.	Dos critérios de competência .....	243
3.5.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento.....	250
3.6.	Normas de competência: taxatividade, conceitos jurídicos indeterminados e discricionariedade .....	254
3.7.	Do incidente de deslocamento de competência: federalização dos crimes de graves violações de direitos humanos.....	261
3.8.	A competência territorial alternativa .....	267
3.8.1.	Do “porto em que tocar a embarcação” e do território em que ocorrer o pouso da aeronave .....	268
3.8.2.	Foro alternativo na ação penal exclusivamente privada.....	272
3.9.	Do desaforamento.....	276
3.9.1.	Das hipóteses de cabimento do desaforamento.....	279
3.9.2.	Dos fatores de coligamento no caso de desaforamento: a “comarca ou termo mais próximo” e a “comarca da mesma região” .....	288
3.10.	Da competência por conexão e da continência: natureza jurídica ...	293
3.10.1.	Das hipóteses de conexão.....	298
3.10.2.	Das hipóteses de continência .....	302
3.10.3.	Dos efeitos da conexão e continência: reunião dos processos e prorrogação de competência .....	303
3.10.4.	Dos efeitos da conexão e continência: separação facultativa de processo .....	308
3.10.5.	Dos critérios de definição do foro prevaiente .....	315

3.11.	Da conexão e continência envolvendo crimes de competência da Justiça Eleitoral.....	322
3.12.	A mudança de competência em razão do foro por prerrogativa de função.....	330
3.13.	As infrações de menor potencial ofensivo e a “complexidade ou circunstâncias do caso” como critério de modificação de competência: vagueza do conceito.....	344
3.14.	Da competência do juiz das garantias.....	348
3.15.	Da competência para a execução penal.....	356
4.	Eficácia temporal das alterações de regras constitucionais e infraconstitucionais sobre competência.....	369
4.1.	Alegados fatores de flexibilização da predeterminação do juiz natural.....	372
4.1.1.	Mudanças de normas infraconstitucionais.....	373
4.1.2.	Lei modificadora de natureza geral e abstrata.....	375
4.1.3.	Aplicação da proporcionalidade.....	385
4.1.3.1.	Aplicação da regra da proporcionalidade em relação ao juiz natural.....	398
4.1.3.2.	A posição de Alessandro Pizzorusso.....	405
4.1.3.3.	A “eficiência da administração da justiça”.....	409
4.1.4.	Retroatividade da norma de competência mais benéfica para o acusado.....	417
4.2.	A predeterminação do juiz e a extinção do órgão jurisdicional competente.....	419
4.3.	Da mudança de competência por alterações legais: a Lei 9.299/1996 e as mudanças de competência dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares.....	423
4.4.	Das mudanças de competência por alteração de critérios constitucionais: a EC 45/2004 e os crimes militares.....	427
4.5.	Da mudança de competência em razão de especialização de vara.....	430
4.5.1.	As especializações das varas de lavagem de dinheiro.....	431

---

4.5.2.	Da Res. 19, de 03.08.2005, do TJRN.....	438
4.5.3.	Da Lei Estadual 6.806, de 22.03.2007, do Estado de Alagoas...	438
4.6.	Da mudança de competência pela implementação do juiz das garantias.....	440
5.	Das consequências das violações da garantia do juiz natural .....	445
5.1.	Vícios dos atos processuais e sistemas de nulidades.....	446
5.2.	Dos atos processuais inexistentes .....	450
5.3.	Dos chamados pressupostos processuais de existência e de validade do processo .....	457
5.3.1.	Do vício decorrente da falta de investidura do juiz.....	462
5.3.2.	Do vício decorrente da incompetência do juiz .....	466
5.4.	Do sistema legal de nulidade do Código de Processo Penal e sua projeção sobre os vícios de competência .....	471
5.5.	Meios para o reconhecimento da inexistência jurídica do ato inexistente.....	486
5.6.	Violação do juiz natural e garantia do <i>ne bis in idem</i> .....	492
	Conclusão.....	499
	Bibliografia .....	507
	Outras Obras do Autor .....	543